

# Programa para setor de eventos é aprovado e custará R\$15 bi

VICTORIA ABEL E ANA LÍVIA PILLAR

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que limita o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e reduz seu alcance, atendendo a menos segmentos da economia. Ainda assim, o programa será mantido até 2026 ou até atingir um custo de R\$ 15 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que defendia o fim do programa neste ano, vinha negociando a proposta nos últimos dias e agradeceu ao Senado e à Câmara pelo avanço do texto — que agora vai para sanção presidencial.

Haddad negociou o projeto até pouco antes da votação. A relatora do texto, Daniella Ribeiro (PSD-PB), desistiu de adicionar a correção pela inflação do texto de R\$ 15 bilhões, valor que foi negociado pela Fazenda com parlamentares para mitigar o impacto do programa. A mudança levaria a uma alta de cerca de R\$ 2 bilhões em renúncia de receitas e obrigaria o texto a voltar à Câmara.

A senadora afirmou que houve um apelo do governo para não alterar o texto, com um compromisso de que ele não fosse vetado, além de preocupações dos próprios setores beneficiados. Os empresários querem que a matéria seja sancionada antes da virada do mês, impedindo o retorno da tributação. — Havia uma preocupação dos setores quanto à demora, na volta para a Câmara. Houve também um apelo do governo, que se comprometeu a não vetar — disse a relatora.

**GOVERNO QUERIA 12 SETORES**  
Pelo projeto aprovado pelo Senado, serão beneficiadas 30 atividades (considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômica), numa redução do que foi aprovado pelo Congresso no ano passado (44) e aumento do que o Executivo havia proposto em março (12 deles).

Após a aprovação, Haddad elogiou o Congresso. Nos últimos dias, ele vinha cobrando responsabilidade fiscal de parlamentares e a limitação do Perse foi uma das principais propos-



Foto: Pacheco durante a votação; governo negociou até o último minuto para evitar aumento de R\$ 2 bilhões no impacto do programa nos cofres públicos

## Senado limita Perse a R\$ 15 bi até 2026 e reduz beneficiados

Haddad negociou termos do programa. Ministro agradeceu a Pacheco e Lira e disse que caso mostra capacidade de entendimento entre Legislativo e Executivo

tas negociadas pela equipe da Fazenda.

— (Quero) agradecer mais uma vez à Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição que foi feita ao Perse, com regras que filtram o programa e estabelecem uma governança e o colocam dentro do Orçamento — afirmou.

Haddad disse que o programa estava custando R\$ 13 bilhões e agora passará a ter um impacto de menos da metade disso, de R\$ 5 bilhões por ano.

— A Câmara e o Senado, e eu agradeço tanto ao Arthur Lira (presidente da Câmara) como ao Rodrigo Pacheco, (presidente do Senado), disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema. Não pelo Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado e isso foi definitivamente corrigido. Todas as empresas agora precisam se habilitar — disse o ministro.

No meio das negociações para o avanço da medida,

Haddad disse que havia indícios de irregularidades no Perse e que a Receita Federal apura o ocorrido.

Ao final, Haddad afirmou que houve "entendimento" entre Executivo e Legislativo: — Ao colocar o programa numa linha correta, com começo, meio e fim, com valor carimbado, destinado por local certo, foi a negociação possível, o que demonstra capacidade do Executivo e do Legislativo se entenderem.

As mudanças no programa foram aprovadas após uma série de costuras políticas e resistência do ministro da Fazenda. O último ponto foi acordado entre o governo e a relatora da proposta no início da tarde de ontem. Haddad e a senadora conversaram por telefone e o ministro se comprometeu a não pedir o veto presidencial à proposta, além de liberar a bancada governista para apoiar o projeto em votação simbólica. Tudo para que o prejuízo não ficasse ainda maior, com a correção dos R\$ 15

### Alguns dos ajustes nos setores

- > **Atividades excluídas**: Albergues; Campings; Pênsões; Produtora de filmes para publicidade; Locação de automóveis com motorista; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob fretamento; Organização de excursões em veículos rodoviários; Transporte marítimo de passageiros; Transporte aquaviário para passageiros turísticos; Museus e prédios históricos.
- > **Atividades mantidas**: Hotéis; Apart-hotéis; Serviços de buffet; Exibição cinematográfica; Produção de fotografias; Filmagem de festas e eventos;
- Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; Aluguel de palcos; Organização de festas, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Produção teatral, musical, de espetáculos de dança e circo, de marionetes e similares; Atividades de sonorização e de iluminação; Produção de eventos esportivos; Discotecas e dançeterias; Restaurantes; Bares; Agências de viagem; Jardins botânicos e zoológicos; Parques de diversão e temáticos.

bilhões pela inflação, até 2026. Os incentivos abrangem quatro tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL), PIS e Cofins. A isenção total desses impostos permanece em 2024. O benefício será aplicado para empresas de lucro real ou presumido.

termina que para companhias de lucro real seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025 sobre o lucro. Para essas empresas, o incentivo fiscal que zera os impostos permaneceria apenas sobre cobranças de PIS e Cofins, até 2026. Já para as empresas de lucro presumido permanece a isenção total, sobre os quatro impostos, também até 2026. A proposta ainda prevê que a Receita Federal publicará, bimestralmente, relatório de acompanhamento do benefício contendo os valores do benefício fiscal.

### CRIOADO EM 2021

O Perse foi criado em 2021, durante a Covid-19, para auxiliar profissionais que trabalham com eventos. Em uma primeira regulamentação do programa, no mesmo ano, o então Ministério da Economia, no governo anterior, chegou a incluir 88 setores no benefício de isenção de impostos. Esse número foi reduzido em seguida, em 2023, quando o Congresso aprovou medida enxugando a isenção fiscal para 44 setores.

Em dezembro de 2023, porém, o governo Lula decidiu acabar com o programa por meio de uma medida provisória. A MP estabeleceu o fim do Perse para abril de 2024. Os parlamentares, porém, sinalizaram que a MP não seria analisada e perderia validade. Foi quando Haddad formulou um projeto de lei e o enviou à Câmara, com uma proposta mais suave: mantendo 12 setores com o benefício, que acabaria de forma gradual até 2026.

Nas mãos da relatora Renata Albreu (Podemos-SP), na Câmara, o projeto ampliou o auxílio para 30 setores, manteve isenção dos impostos até 2026 e criou o limite de gastos de R\$ 15 bilhões. O formato, apesar de mais permissivo que o inicialmente enviado pelo governo, foi considerado uma vitória para Haddad, que trabalhou para deixar o texto com o menor impacto possível aos cofres públicos.

De acordo com parlamentares que acompanharam as negociações, Haddad também cedeu após reclamações de ministros de outras pastas, ligadas a áreas de turismo e eventos, que não teriam sido consultados quando o ministro da Fazenda decidiu acabar com o benefício.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 17